

nal e internacional. O paradigma do desenvolvimento subjacente a este objectivo assenta numa parceria com responsabilidades mútuas — dos países ricos e desenvolvidos e dos países emergentes e em vias de desenvolvimento, e ainda das organizações financeiras multilaterais como financiadoras, para prossecução desses objectivos e de integração de todos os países no processo de globalização. Concretamente, as parcerias público-privadas foram reconhecidas como instrumento privilegiado na promoção e sustentação do crescimento, reiterando-se assim o papel motor do sector privado neste processo. As parcerias público-privadas foram, deste modo, reconhecidas como instrumentos para a formação de ambientes favoráveis ao normal funcionamento das empresas e à atracção e aumento do investimento, factor essencial à criação de riqueza e emprego.

Tais parcerias alargam a base de conhecimentos para o diálogo sobre políticas entre o meio empresarial e o sector público; permitem melhor definir o bem comum

e as formas de o aplicar em cada país; e fomentam a credibilidade e confiança essenciais para estimular as iniciativas privadas e melhorar a eficácia das iniciativas públicas. As parcerias público-privadas exigem sinergias entre a cooperação multilateral, empresarial e técnico-científica para serem credíveis.

Ao salientar a base de conhecimentos como o ingrediente crucial das parcerias público-privadas para o desenvolvimento, também se está a salientar a interligação que existe entre a qualidade das instituições e o rigor científico e técnico das políticas de desenvolvimento, por um lado, e a apropriação destas pelos parceiros sociais e pelos financiadores internacionais do desenvolvimento.

Neste contexto, a investigação científica do IICT tem procurado contribuir para um maior “conhecimento mútuo” lusófono, e também assegurar uma maior utilidade dessa investigação para a sociedade civil, em geral, e para a comunidade empresarial, em particular.

Construindo Pontes? A Presidência Portuguesa da Comunidade das Democracias

Uma Organização Internacional que reúne mais de 120 Estados de todos os continentes, unidos por serem ou estarem a trilhar o difícil caminho que os levará a serem democracias.

Numa altura em que se discute se a democracia será aplicável nas quatro partidas do Mundo, Portugal assumiu, em Novembro de 2007 e até 2009, a Presidência da Comunidade das Democracias, uma Organização Internacional que reúne mais de 120 Estados de todos os continentes, unidos por serem ou estarem a trilhar o difícil caminho que os levará a serem democracias.

Fosse essa a única característica da Comunidade das Democracias e não seria pouco, mas ciente que o pa-

pel da Sociedade Civil numa democracia não pode ser esquecido ou menosprezado, a Comunidade das Democracias destingue-se de outras organizações internacionais por reconhecer os actores não governamentais como parceira de estatuto semelhante aos Estados membros, directa e institucionalmente envolvida nas mais importantes decisões da Organização.

Naturalmente, a Comunidade das Democracias não vive isolada das circunstâncias e acontecimentos do Mundo e dos Estados que a compõem, nomeadamente o conflito latente que ajudou à descredibilização da Comissão dos Direitos Humanos, e que parece estar presente no novo Conselho dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas: o debate sobre a relação entre diferente formas de Direitos, em particular os Direitos Cívicos e Políticos e os Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Ora, dada a coincidência entre os Estados que compõem a Comunidade das Democracias e os Estados membros das Nações Unidas, não será difícil perceber que a questão anteriormente referida poderá, se não acautelada, contaminar

POR BERNARDO IVO CRUZ

INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS DA
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

a Comunidade das Democracias, tornando-a ineficaz ou mesmo levando à sua falência. Entende-se, assim, que a Comunidade das Democracias deveria iniciar um diálogo sereno que permita encontrar as pontes necessárias para o reforço da sua posição no Mundo e que Portugal está em posição de o fazer.

Este artigo irá desenvolver-se em duas linhas diferentes. Primeiro irá discutir um conceito moderno de democracia e o papel desempenhado pelas várias categorias de Direitos. Seguidamente, o artigo aprofundará o que poderá ser o papel da Presidência Portuguesa no futuro desenvolvimento da Comunidade das Democracias.

DEMOCRACIA BASEADA EM DIREITOS

A ideia de democracia está intimamente ligada à forma como aqueles que exercerão o poder são escolhidos, ou, na feliz expressão de Popper uma democracia é a forma de ‘mudar de governo sem derramamento de sangue’.¹ Mas para que se possa mudar de governo, de forma consciente e autónoma, um conjunto de características ou elementos têm de actuar em conjugados, permitindo que cada um de nós possa, a cada momento, optar, de forma livre e igual, entre as diferentes propostas que nos são apresentadas. É, assim, natural, que democracia seja muitas vezes equiparada a eleições, sistemas eleitorais e partidos políticos. Natural mas muito incompleto, já que a mera existência de eleições livres, justas, secretas e periódicas, disputadas por partidos políticos e/ou grupos de cidadãos independentes não chega para podermos falar em democracia. Um sistema democrático exige que a liberdade de escolha dos eleitores seja garantida igualmente antes e depois das eleições, pois, caso contrário, mesmo que o dia das eleições seja um exemplo de liberdade e justiça, as condições que o antecederam limitam a capacidade de decisão do eleitorado e, na mesma medida, uma democracia não se esgota na noite eleitoral já que, em rigor, o poder político não é mais do que a licença para governar em nome dos cidadãos, poder esse que deve ser controlado e vigiado a todo o tempo.

Estas preocupações com as condições que antecedem as eleições, o acto eleitoral e a forma como o poder é exercido têm levado a que a literatura científica sobre democracia e sistemas democráticos tenha evoluído da simples necessidade de as eleições serem livres e justas para que o sistema político tenha características democráticas permanentes. Ou seja, uma democracia não se pode limitar a ser uma democracia eleitoral mas deve ser uma democracia liberal.² Assim, mais e mais condições para um sistema democrático têm sido acrescentadas, de forma dinâmica, às previamente reconhecidas,³ formando um conjunto exigente que pretende garantir a liberdade de escolha dos cidadãos e a sua capacidade de influenciar e controlar a forma

como o poder é exercido, para além, obviamente, de garantir que as escolhas feitas nas urnas se traduzem na forma como o poder político é distribuído.

A fim de conjugar as várias exigências e necessidades de um sistema democrático, argumenta-se que uma democracia deve ser composta por cinco grandes elementos ou características principais, todas de igual importância e relevância.⁴ São elas:

1. Os Direitos Fundamentais, que protegem as liberdades e garantias dos cidadãos, permitindo que estes escolham livremente sem constrangimentos, censuras ou medos;
2. O Estado de Direito, que garante que todos são iguais perante a lei que se caracteriza por ser geral e abstracta
3. O Sistema Eleitoral que dá a conhecer a vontade livremente expressa dos cidadãos e garante que o poder é distribuído conforme essa vontade
4. O Controle Democrático das Instituições que, exercido dentro do Estado ou pelos Cidadãos, garante que aqueles que momentaneamente exercem o poder político, o façam dentro das fronteiras estabelecidas
5. Os Direitos Económicos, Sociais e Culturais que garantem as condições necessárias para que as decisões dos cidadãos sejam exercidas de forma esclarecida.

Como todas as sistematizações, também esta está sujeita a críticas e controvérsia e, tratando-se aqui de sistemas políticos que necessariamente têm que ser considerados legítimos pelos seus destinatários, não se pretende que todos os elementos ou características apresentadas tenham o mesmo significado para todos os cidadãos em todas as latitudes e em todos os tempos, mas argumenta-se que todas elas devem estar presentes em qualquer sistema político que se baseie na liberdade de escolha das pessoas.

A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA

A Comunidade Internacional debate-se com uma questão de difícil resolução e implicações imponderáveis: aceitando-se que há direitos que os Estados do Mundo reconhecem como Universais e cuja protecção merece a criação de organismos e instituições, já para não falar em milhares de ONGs, a realidade é que ao considerar apenas uma parte dos Direitos que protegem esses valores tem levado à incapacidade de promoção dos valores no seu conjunto. Por outro lado, ao recusar sequer discutir a complementaridade entre Direitos, nomeadamente os Direitos Cívicos e Políticos e os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, os defensores de uns e de outros têm criado as condições para que alguns Estados cujo respeito, no todo ou em parte, pelos Direitos Humanos é questionável, tenham tido um papel muito mais relevante que teriam se os Estados que reconhecidamente

procuram respeitar os Direitos dos seus cidadãos procurassem encontrar pontes de entendimento.

Uma vez que a Comunidade das Democracias é composta pela grande maioria dos Estados membros da ONU, não é difícil imaginar que o confronto que a questão dos Direitos tem provocado no Conselho dos Direitos Humanos possa poluir a Comunidade tornando-a irrelevante ou mesmo destruindo-a. É aqui que a Presidência Portuguesa poderá desempenhar um papel fundamental.

Portugal é reconhecidamente um país onde os princípios inspiradores dos Direitos Universais servem de base à legislação que regula a nossa sociedade e onde, comparativamente a outros Estados, a prática do respeito pelos direitos existentes se faz de modo continuado.

Portugal é igualmente reconhecido como um dos grandes promotores da importância dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais através, nomeadamente, da proposta que o nosso País apresentou para a criação de um Protocolo Opcional à Convenção dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, através do qual este conjunto de direitos terá mecanismos de protecção semelhantes aos Direitos Cívicos e Políticos. Somos, portanto, reconhecidos como interlocutores válidos e sérios por defensores da primazia de ambos os conjuntos de Direitos. Estamos, assim, na posição ideal de promover um diálogo sério, construtivo e respeitador de ambas as concepções, procurando construir as pontes que permitam a que ambos os lados do argumento encontrem posições de princípio e soluções aceitáveis por forma a tentar ultrapassar o monólogo de surdos que temos assistido nos últimos anos.

A Presidência da Comunidade das Democracias dá-nos essa oportunidade por várias razões: por um lado, Portugal tem dois anos para promover esse diálogo, estabelecendo os termos de referência que sejam aceitáveis às partes e procurando criar os necessários consensos entre os membros; por outro lado, a Comunidade das Democracias é composta por Estados que partilham a convicção da importância de um sistema democrático e que têm, portanto, afinidades que lhes poderão permitir ultrapassar as dificuldades que este processo naturalmente trairia; em terceiro lugar, a Comunidade das Democracias é um fórum mais discreto que, por exemplo, a Assembleia Geral das Nações Unidas ou mesmo o Conselho dos Direitos Humanos, permitindo uma discussão mais

serena; finalmente, a sociedade civil, sendo parte integrante da Comunidade das Democracias, poderá contribuir de forma fundamental para que o processo se mantenha dentro dos objectivos pretendidos.

CONCLUSÃO

A presidência portuguesa da Comunidade das Democracias dará ao nosso país a oportunidade de iniciar um processo que poderá, seja ele bem sucedido, não só dar à organização a relevância que ela merece enquanto fórum de encontro de Estados democráticos e da sociedade civil, mas poderá igualmente ser o início de uma nova fase na promoção da democracia e dos Direitos Humanos. Com

efeito, fosse a nossa Presidência bem sucedida nesta tarefa que se reconhece muitíssimo difícil, as repercussões na Organização das Nações Unidas e no seu Conselho dos Direitos Humanos poderiam criar as condições necessárias para se ultrapassar o impasse que é susceptível, de a prazo, condenar ao fracasso

uma das maiores conquistas colectivas da humanidade: o reconhecimento que os Direitos sobre os quais se constrói a Democracia são inalienáveis.

.....
¹ Norberto Bobbio, *O Futuro da Democracia – uma defesa das regras do jogo*, Editora Terra e Paz, S. Paulo, 1997, p. 39 citando Karl Popper, *La Società Aperta e I Suoi Nemici*, Armando, Roma, 1973, p.179

² Larry Diamond, 'Is the Third Wave over?' in *Journal of Democracy*, 7/3, 1996, p.p. 20-24

³ Ver entre outros, Leonardo Morlino, 'What is a 'Good' Democracy?' in *Democratization*, 11/5, 2004, p. 10; Richard Rose, 'A Diverging Europe – How People View Democracy' in *Journal of Democracy*, 12/1, 2001, p. 93; Larry Diamond, 'Is the Third Wave Over?', *opus cit.*, p.p. 20-24; Larry Diamond e Leonardo Morlino, 'The Quality of Democracy – An Overview' in *Journal of Democracy*, 15/4, 2004, p.p. 21-31; David Beetham, 'Key Principles and Indices for a Democratic Audit' in David Beetham (ed.) *Defining and Measuring Democracy*, Sage Publications, London, 1994, p.p. 26-31; Tony Evans, 'If Democracy, then Human Rights?' in *Third World Quarterly*, 22/4, 2001, p.p. 623-625; Fareed Zakaria, 'The Rise of Illiberal Democracy' in *Foreign Affairs*, 76/6, Nov/Dec. 1997, p. 22; Juan J. Linz e Alfred Stepan, *Problems of Democratic Transition and Consolidation – Southern Europe, South America and Post-Communist Europe*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1996, p.p. 13-15; Seymour Martin Lipset, *The Political Man*, Heinman, Londres, 1983 ou Jonh Rawls, *O Liberalismo Político*, Editorial Presença, Lisboa, 1997

⁴ Para uma discussão mais aprofundada sobre os elementos de uma democracia moderna, ver Bernardo Ivo Cruz, *Auditing Democracy in the European Union Member States: A Framework for Analysis*, UACES On-line Essays, 2005, www.uaces.org/E53Cruz.pdf

